
Audiência Pública da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF **3º Quadrimestre 2018**

Art. 9º, § 4º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000

PUBLICAÇÕES LEGAIS

Relatório Resumido da Execução Orçamentária – 6º Bimestre de 2018

- Portaria Nº 18/GABS/SEF/SC, de 21/01/2019. Publicação DOE nº 20.941 de 24/01/2019.
- Portaria Nº 31/GABS/SEF/SC, de 30/01/2019. Publicação DOE nº 20.946 de 31/01/2019.

Relatório de Gestão Fiscal – 3º Quadrimestre de 2018 – Poder Executivo

- Ato nº 175, de 21/01/2019. Publicação DOE nº 20.941 de 24/01/2019.
- Ato nº 697, de 18/03/2019. Publicação DOE nº 20.983 de 27/03/2019.

www.sef.sc.gov.br

www.transparencia.sc.gov.br

ORÇAMENTO DE RECEITAS DE 2018

Bilhões R\$

Previsão da Receita para 2018



Execução da Receita em 2018



DEDUÇÕES DA RECEITA EM 2018

Bilhões R\$

6,40

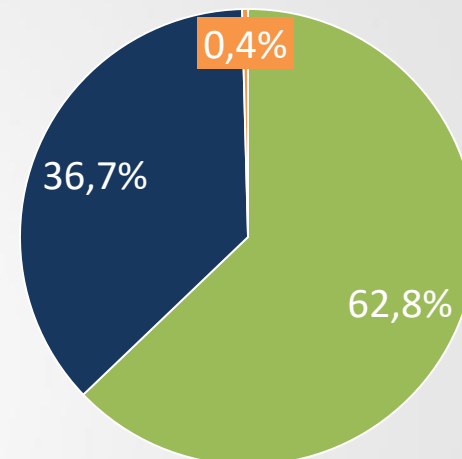
Transferências aos Municípios

3,74

Transferências ao FUNDEB

0,04

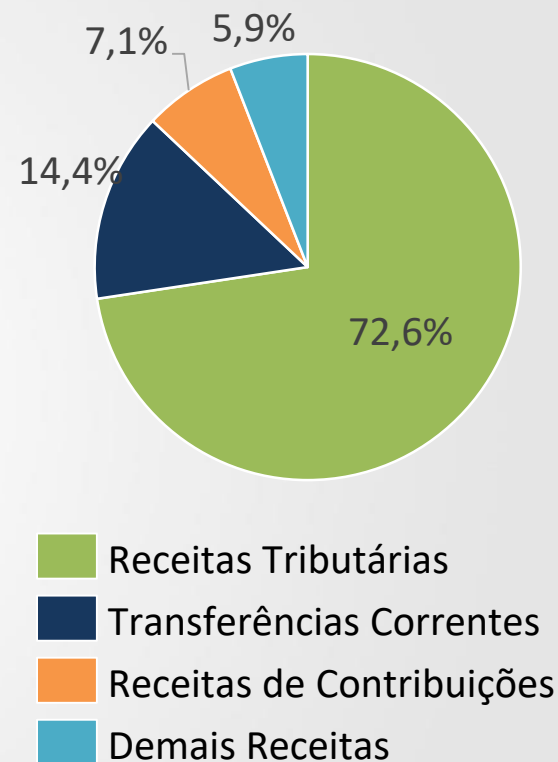
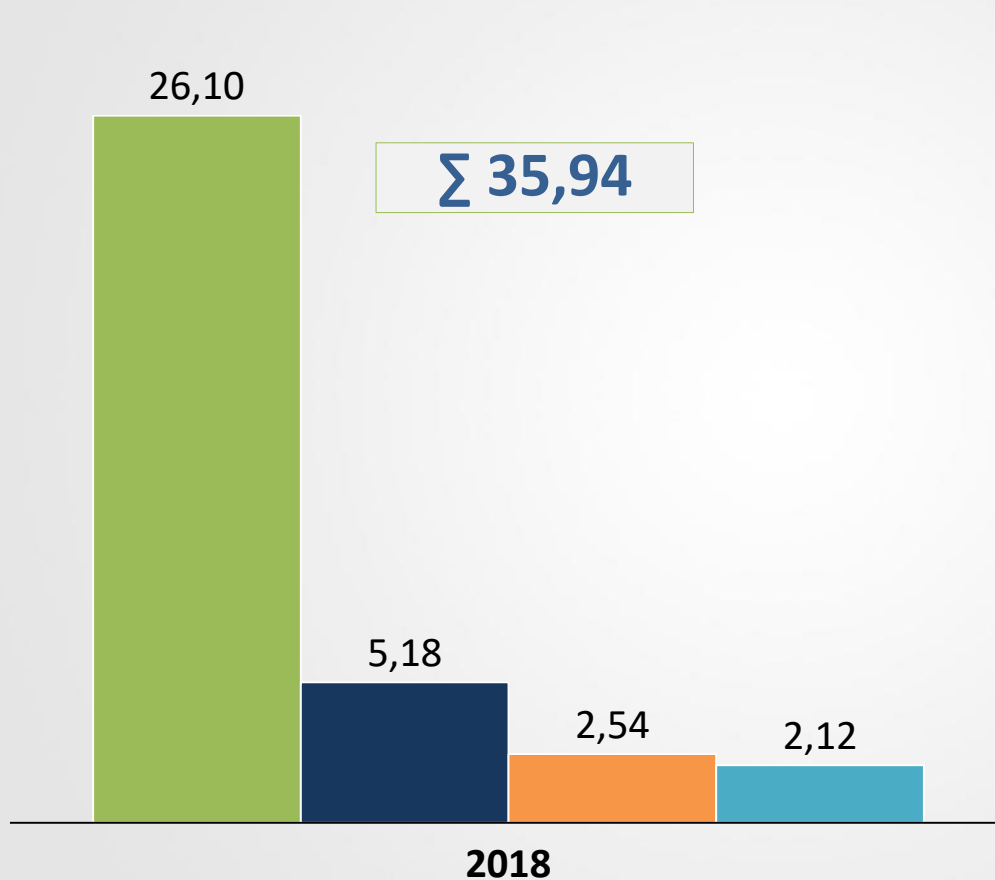
Restituições e Outras Deduções



- Transferências aos Municípios
- Transferências ao FUNDEB
- Outras Deduções e Restituições

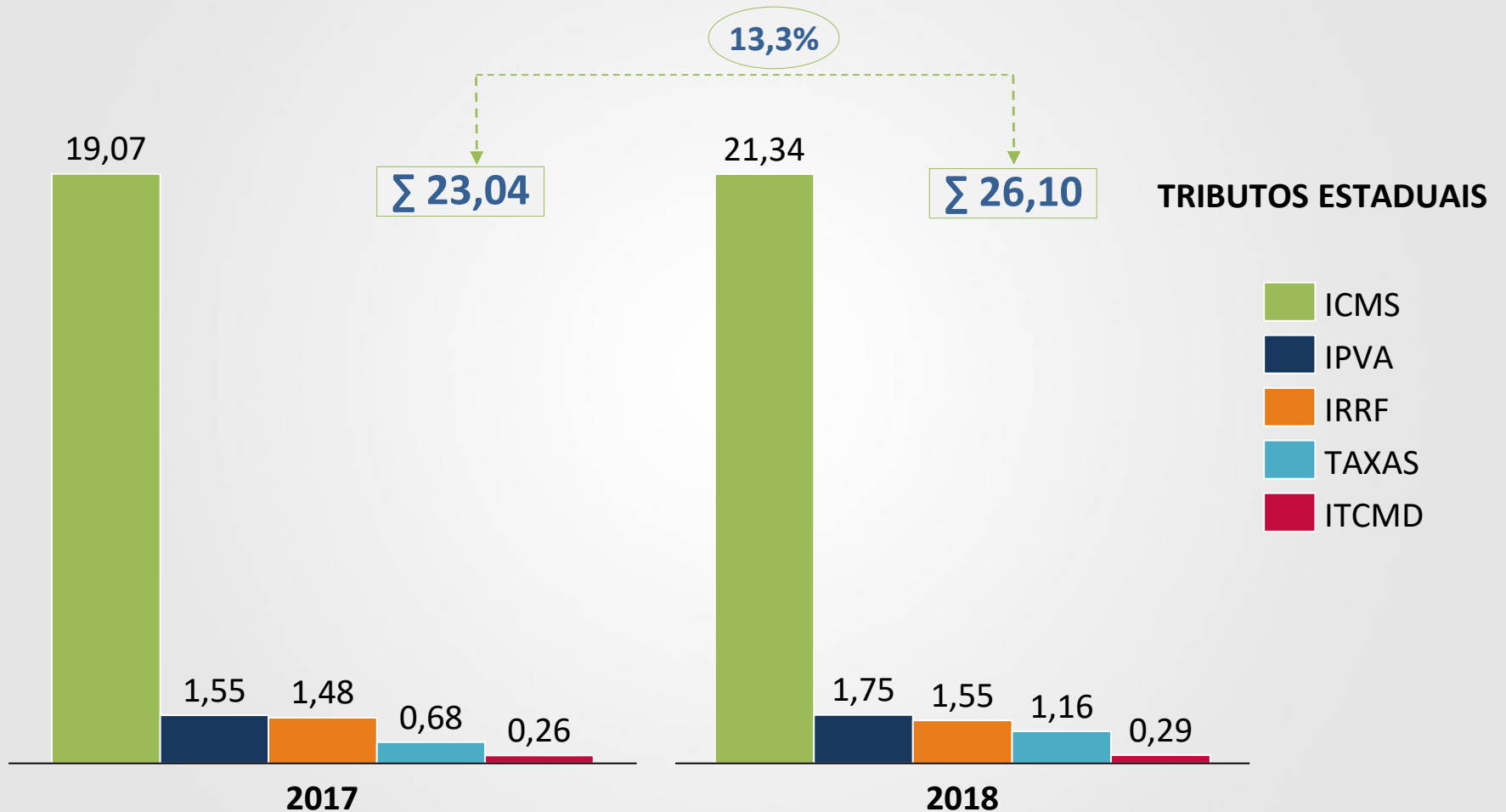
DETALHAMENTO ARRECADAÇÃO BRUTA

Bilhões R\$



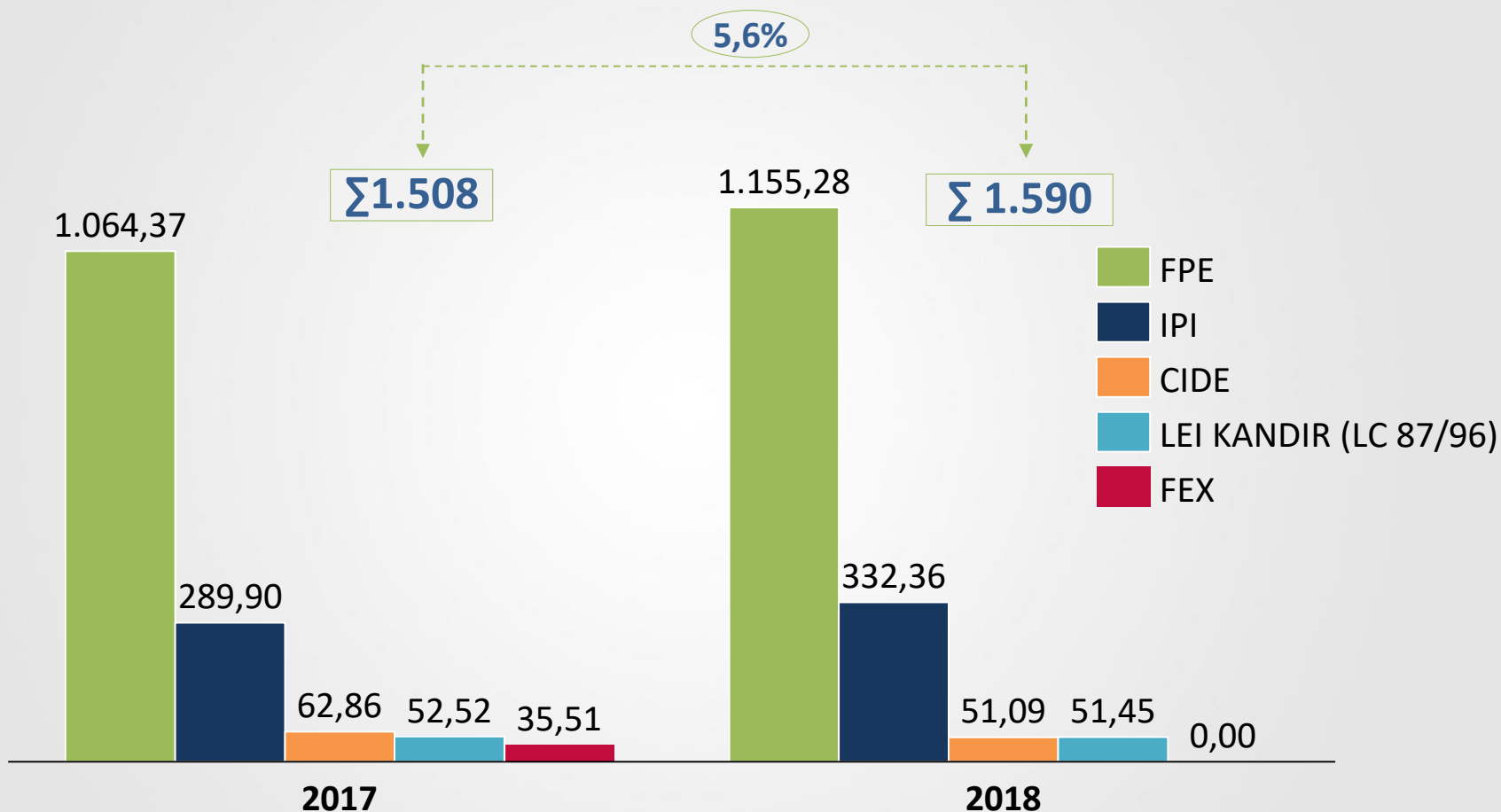
ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA PRÓPRIA

Bilhões R\$



TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS DA UNIÃO

Milhões R\$



INDICADORES DA RECEITA

Bilhões R\$

22,77

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
RCL

20,18

RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS
RLI

16,43

RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL
RLD

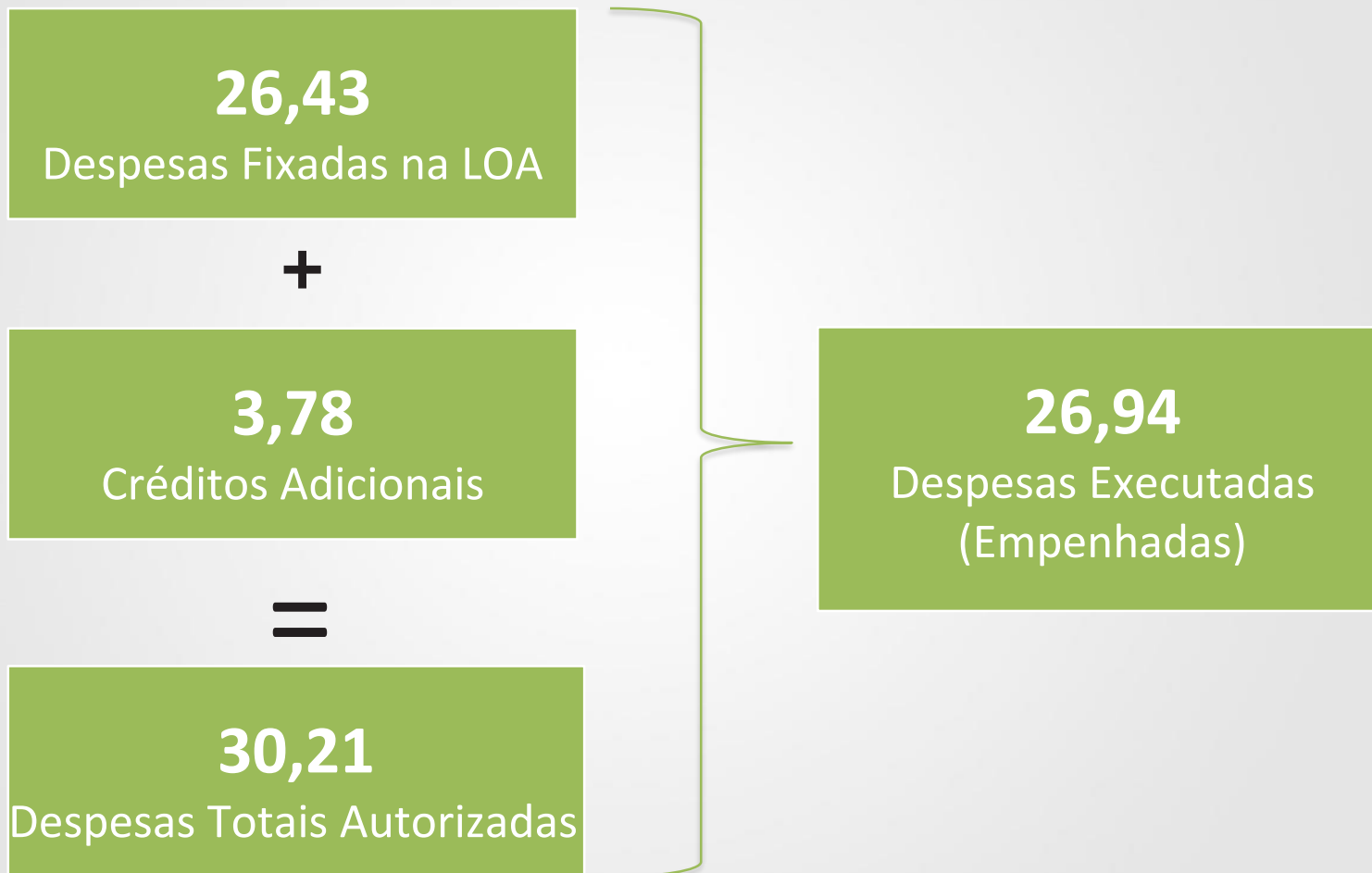
REPASSES OBRIGATÓRIOS - RLD

R\$ Milhões

Poder/Órgão	% RLD	2018
Tribunal de Justiça - TJ	9,41%	1.546
Assembleia Legislativa do Estado - ALESC	4,34%	713
Ministério Público - MP	3,98%	654
Tribunal de Contas do Estado - TCE	1,66%	273
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC	2,49%	409
Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos de SC	0,17%	28
Total	22,05%	3.623

ORÇAMENTO X EXECUÇÃO DE DESPESAS DE 2018

Bilhões R\$



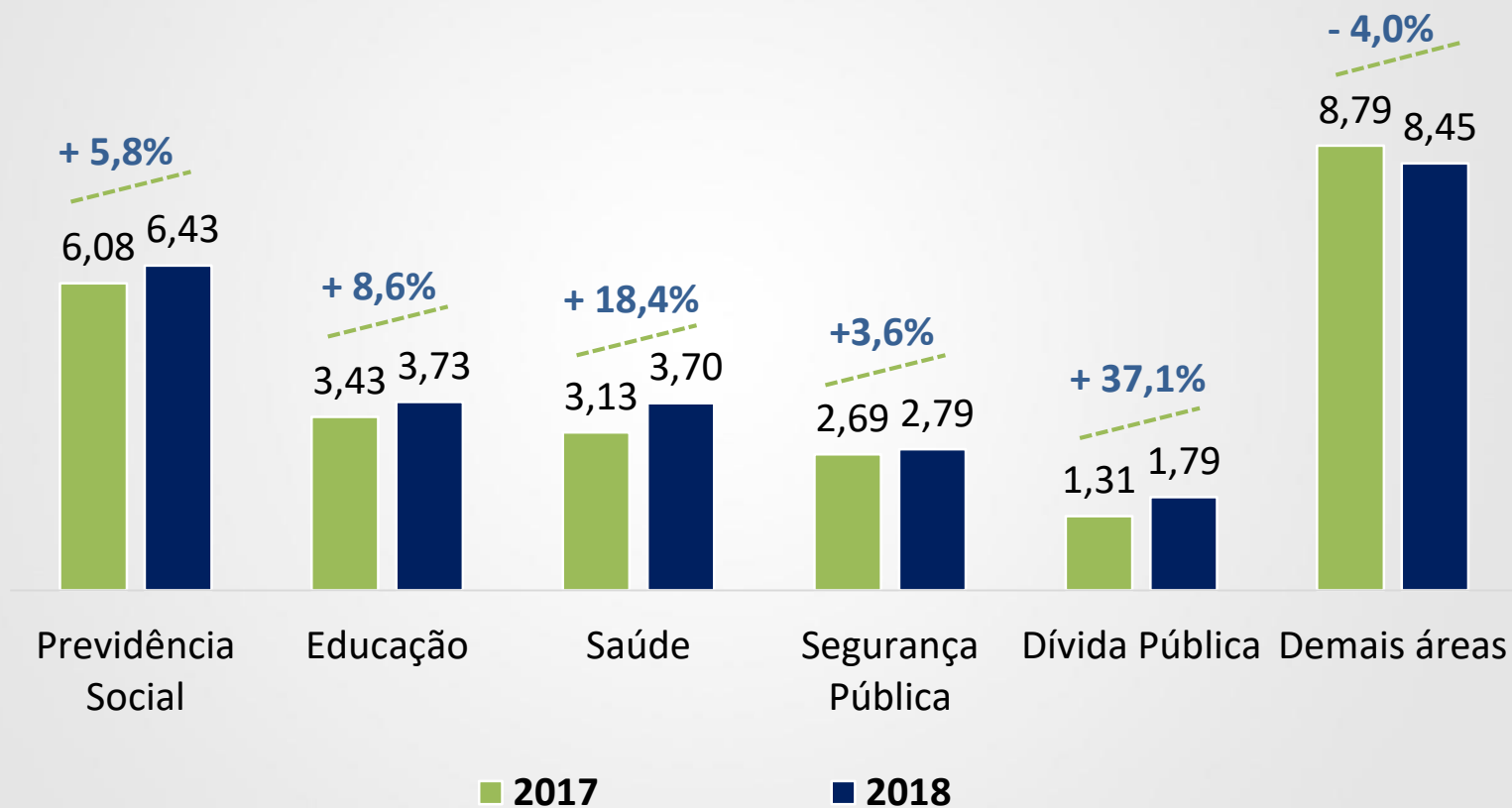
DESPESAS POR PODERES E ÓRGÃOS

Bilhões R\$



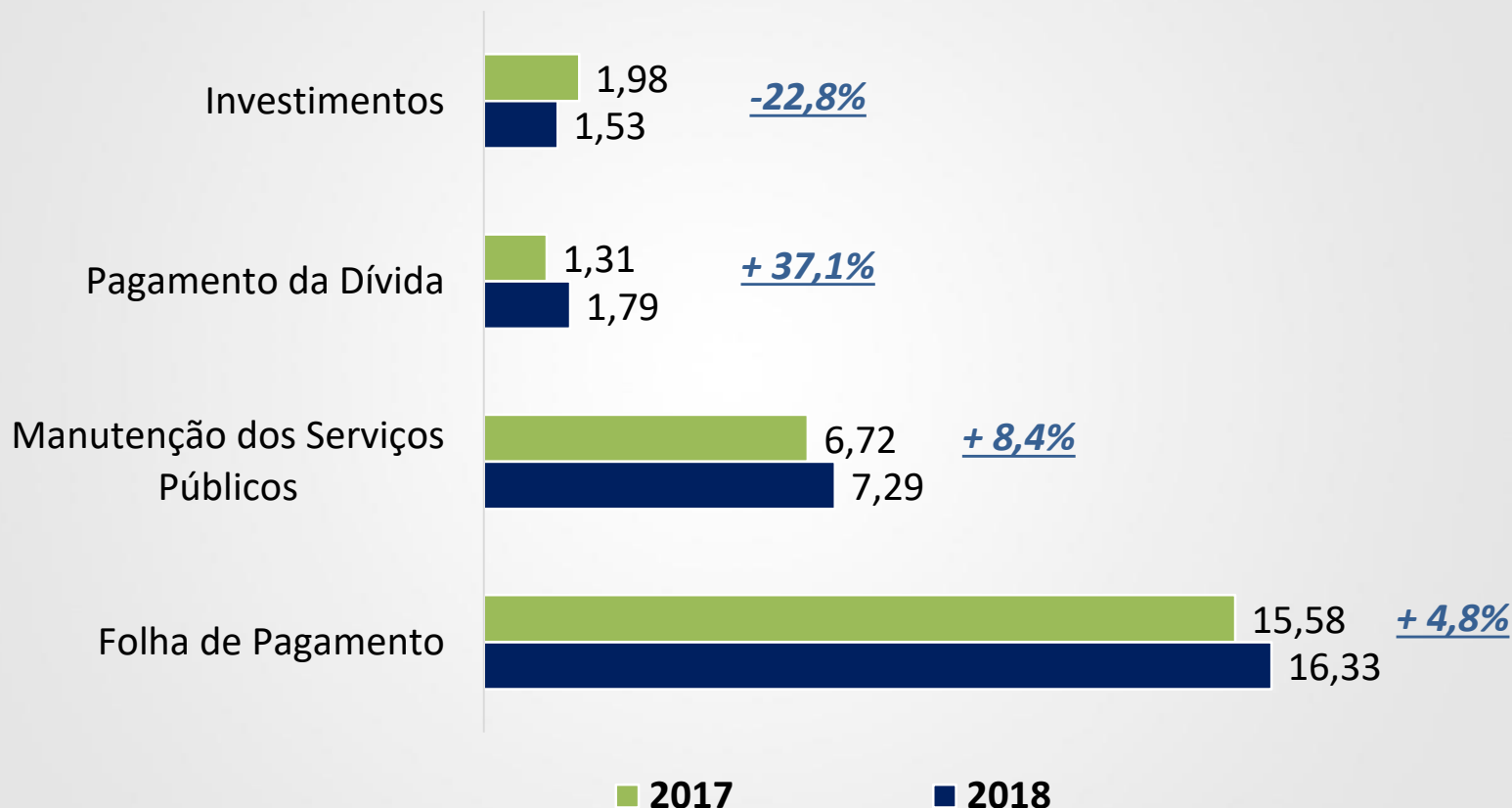
DESPESAS EMPENHADAS - POR ÁREA

Bilhões R\$



DESPESAS EMPENHADAS POR GRUPO

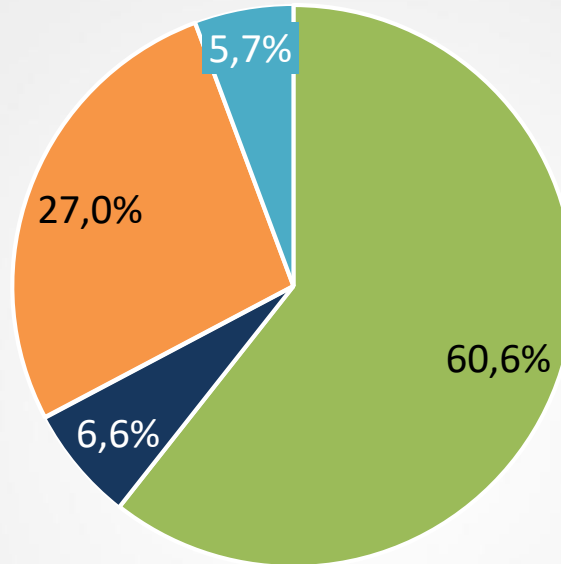
Bilhões R\$



* Investimentos incluem as Inversões Financeiras.

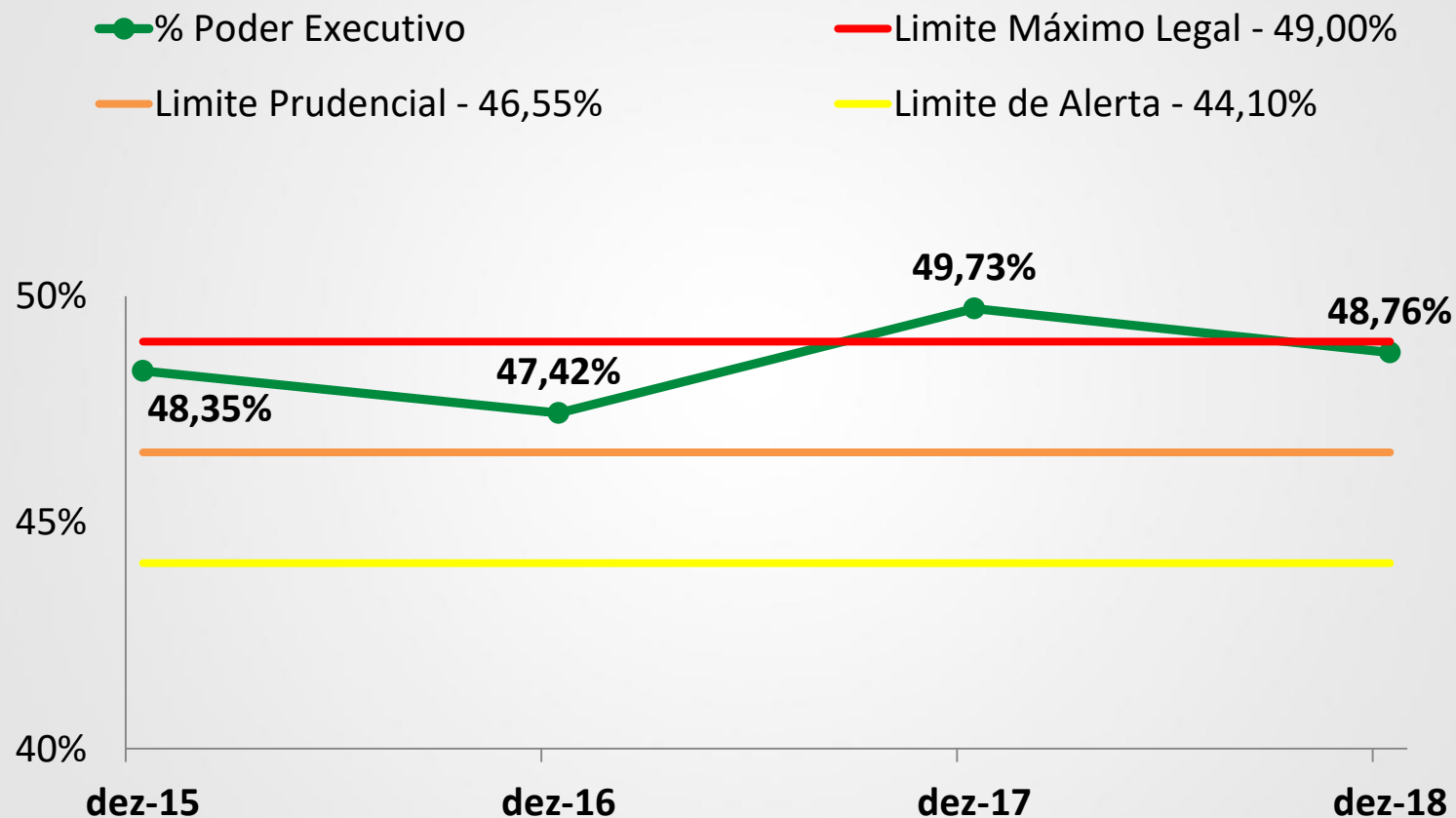
DESPESAS EMPENHADAS POR GRUPO

Bilhões R\$



* Investimentos incluem as Inversões Financeiras.

DESPESA COM PESSOAL CONFORME LRF



DESPESA COM PESSOAL – PODER EXECUTIVO

Milhões R\$	
Últimos 12 meses	2018
Despesa Total com Pessoal - DTP	11.101
Inativos e Pensionistas	5.598
Inativos e Pensionistas com recursos vinculados (contribuições)	(-1.969)
DTP Inativos e Pensionista	3.629
Impacto das Despesas com Inativos e Pensionista na DTP	15,94%
Ativos e substituição de mão-de-obra (terceirização)	7.473
% DTP sem inativos e pensionistas	32,82%

Considerações sobre as despesas com pessoal do Poder Executivo:

- *Dedução dos valores registrados nas operações intraorçamentárias entre órgãos e entidades pertencentes ao mesmo orçamento fiscal envolvendo despesas de pessoal requisitado/cedido;*
- *Dedução das despesas com inativos e pensionistas custeadas com recursos provenientes da arrecadação de contribuições previdenciárias e das demais receitas diretamente arrecadadas pelo RPPS.*
- *Inclusão das despesas com os Serventuários de Justiça de acordo com a decisão do Tribunal de Contas do Estado nº 780/2017. O Estado de Santa Catarina ingressou com ação de Mandado de Segurança sobre a referida decisão, processo nº 4000394-66.2018.8.24.0000;*
- *Inclusão das despesas executadas na natureza de despesa orçamentária de Pensões Especiais;*

LIMITE PRUDENCIAL

*Enquanto a despesa total com pessoal estiver **acima do limite prudencial** (acima de **46,55% da RCL**), **são vedados ao Poder Executivo**, conforme o art. 22, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000:*

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

LIMITE LEGAL

Caso a despesa total de pessoal ultrapasse o limite legal (49% da RCL), o Estado deverá adotar as medidas estabelecidas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal:

*§ 3º Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste artigo, durante o prazo fixado na lei complementar referida no caput, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios **adotarão as seguintes providências:***

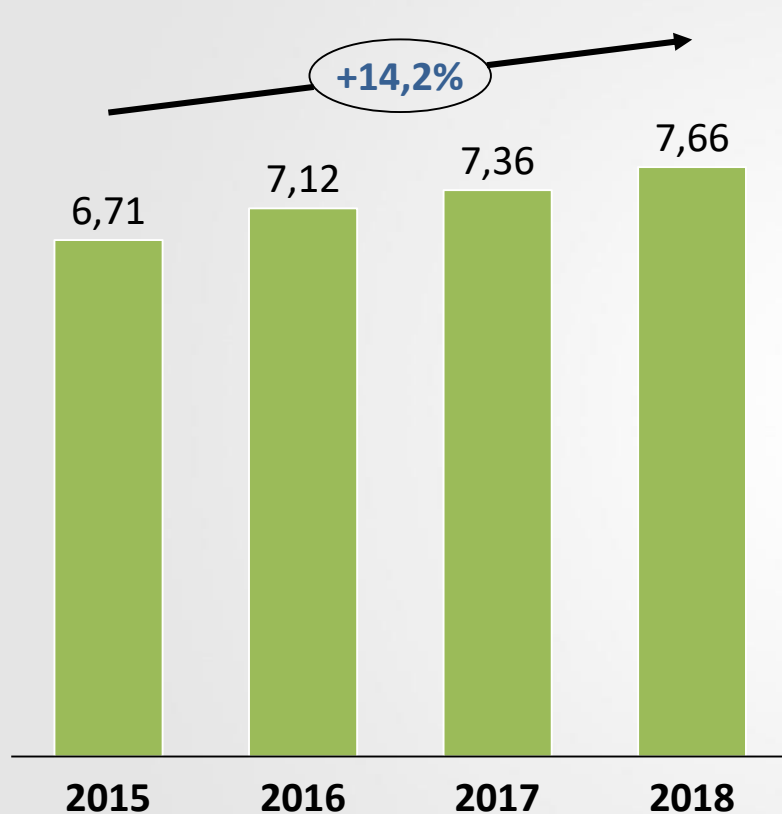
*I - **redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;***

*II - **exoneração dos servidores não estáveis.***

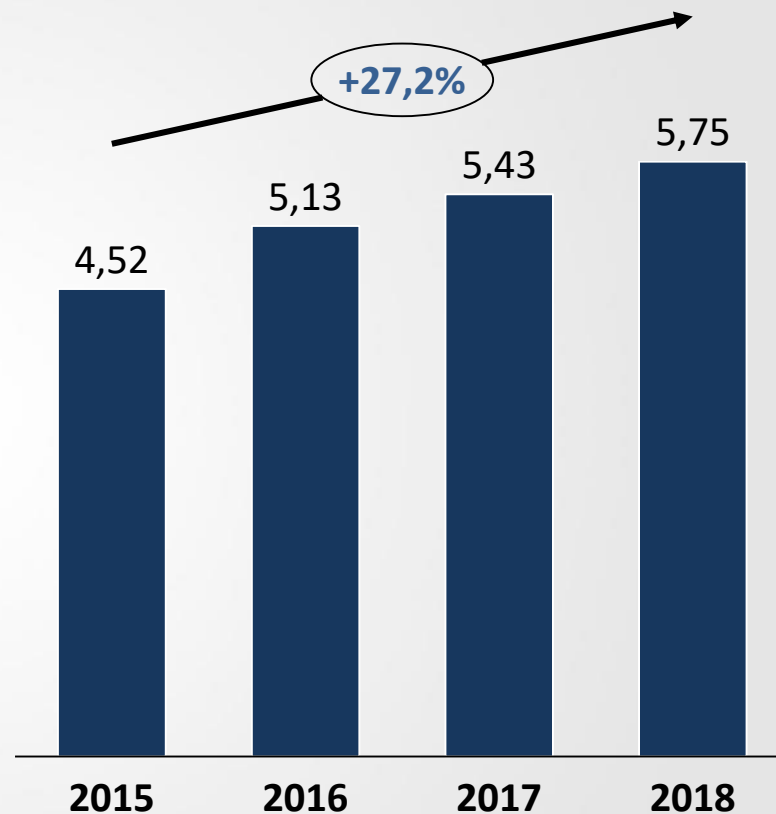
§ 4º Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar referida neste artigo, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal.

FOLHA DE PAGAMENTO - EXECUTIVO

Bilhões R\$



 Pessoal Ativo

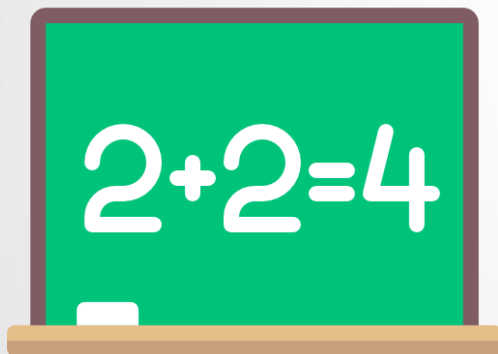


 Inativos e Pensionistas

MÍNIMOS CONSTITUCIONAIS

Da **Receita Líquida de Impostos (RLI)** o Estado deve aplicar até o final do exercício:

25% em Educação



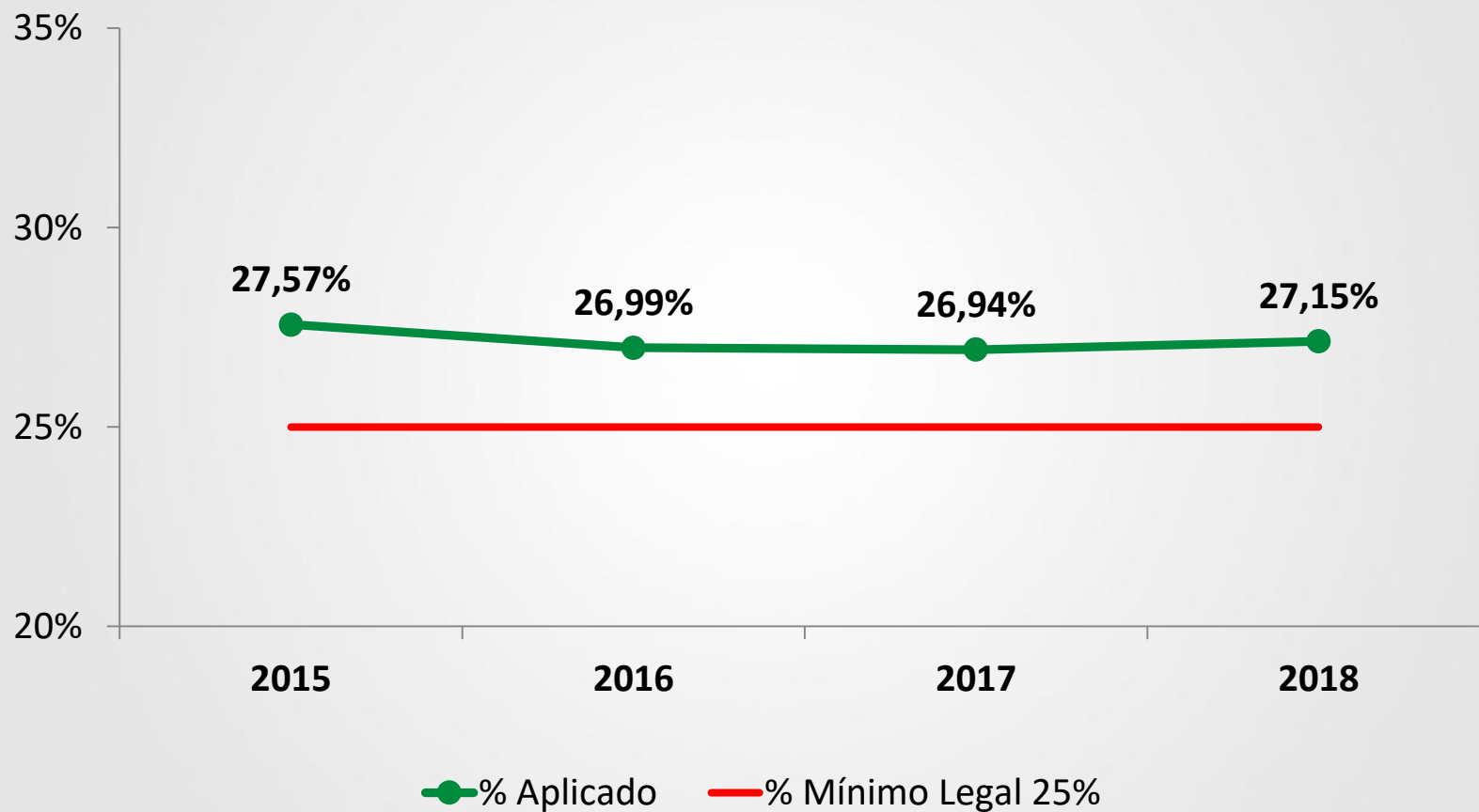
14% em Saúde*
chegará a 15% em 2019



*Constituição Estadual

APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO

$$2+2=4$$



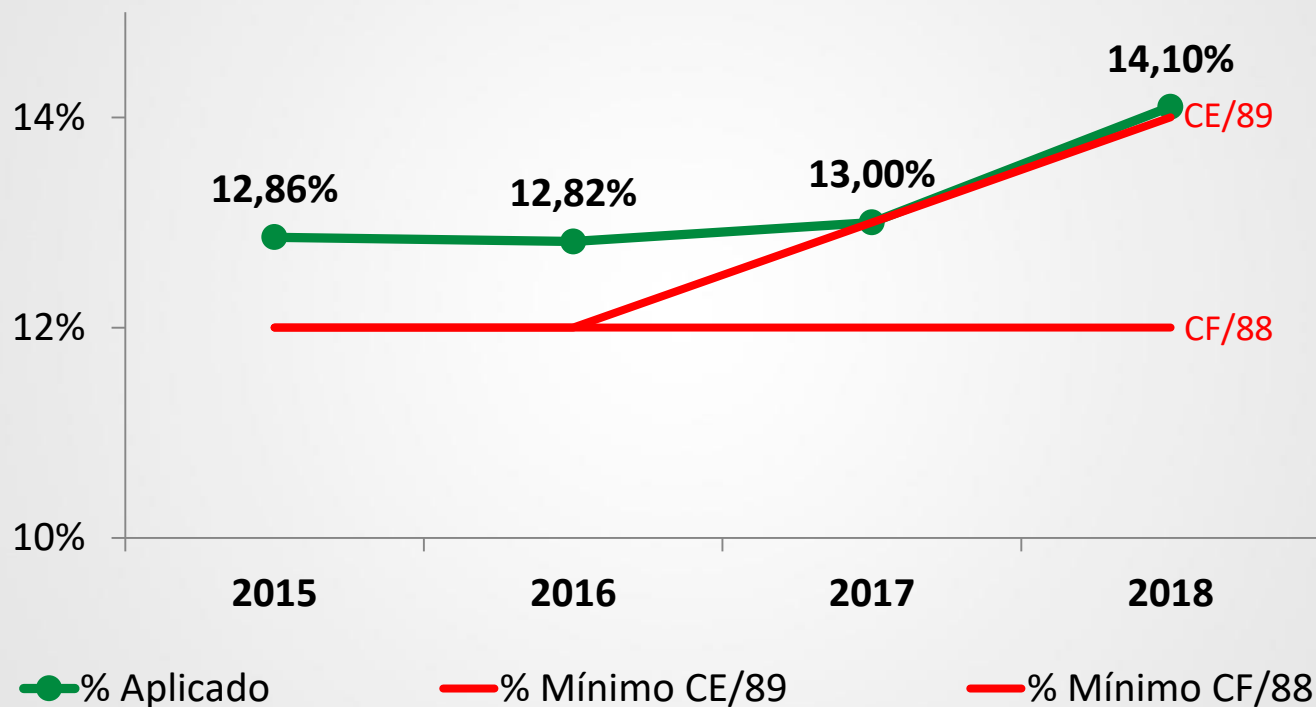
APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO - % RLI

Milhões R\$

	2015	2016	2017	2018
Receita Líquida de Impostos	15.881	17.042	18.474	20.180
Valor mínimo a aplicar em Educação	3.970	4.261	4.619	5.045
Total das despesas consideradas no mínimo constitucional	4.379	4.600	4.976	5.479
% Mínimo constitucional aplicado	27,57%	26,99%	26,94%	27,15%

Gastos com inativos considerados no mínimo constitucional	710	698	780	755
---	-----	-----	-----	-----

APLICAÇÃO EM SAÚDE



•Constituição Estadual 13% (2017) e 14% (2018)

•Constituição Federal 12%

Despesas Empenhadas

APLICAÇÃO EM SAÚDE – % RLI

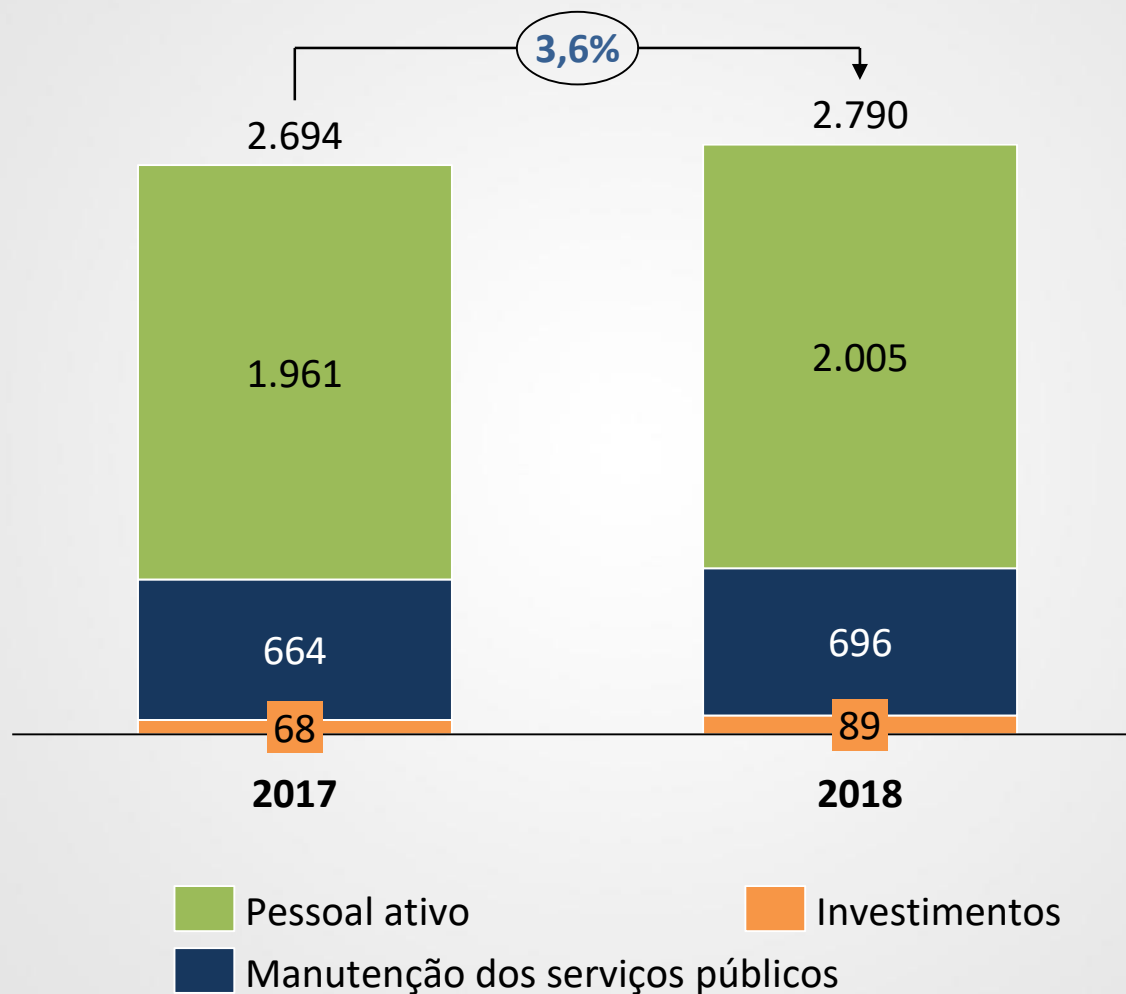
Milhões R\$	
	2018
Despesas Executadas	Empenhadas
Despesas do Exercício	2.651
Despesas de Exercícios Anteriores	295
Despesas de Exercícios Anteriores executadas em 2018, mas computadas para o mínimo de 2017 - aprovação das contas TCE	(-51)
Restos a Pagar não processados inscritos em 2017 e liquidados e pagos em 2018	11
Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 2018 sem a correspondente disponibilidade de caixa	(-61)
Total das Despesas Executadas Consideradas na Apuração do Percentual Mínimo da Saúde	2.845

COM APLICAÇÃO EM SAÚDE EM 12% RLI

Milhões R\$		
	2017	2018
RLI do Exercício	18.474	20.179
Mínimo a ser aplicado em Saúde - 12%	2.217	2.422
% Crescimento na aplicação mínima em Saúde	-	9,25%

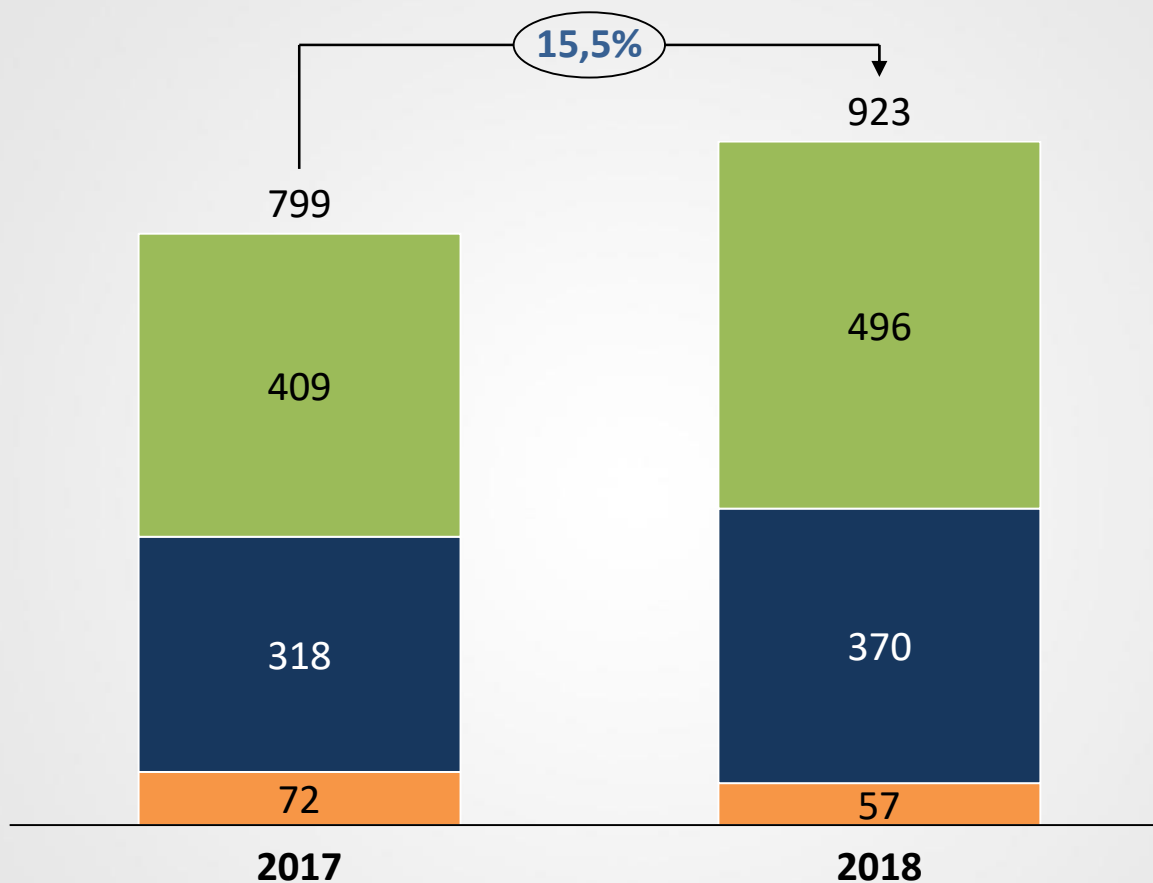
APLICAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

Milhões R\$



APLICAÇÃO NA JUSTIÇA E CIDADANIA

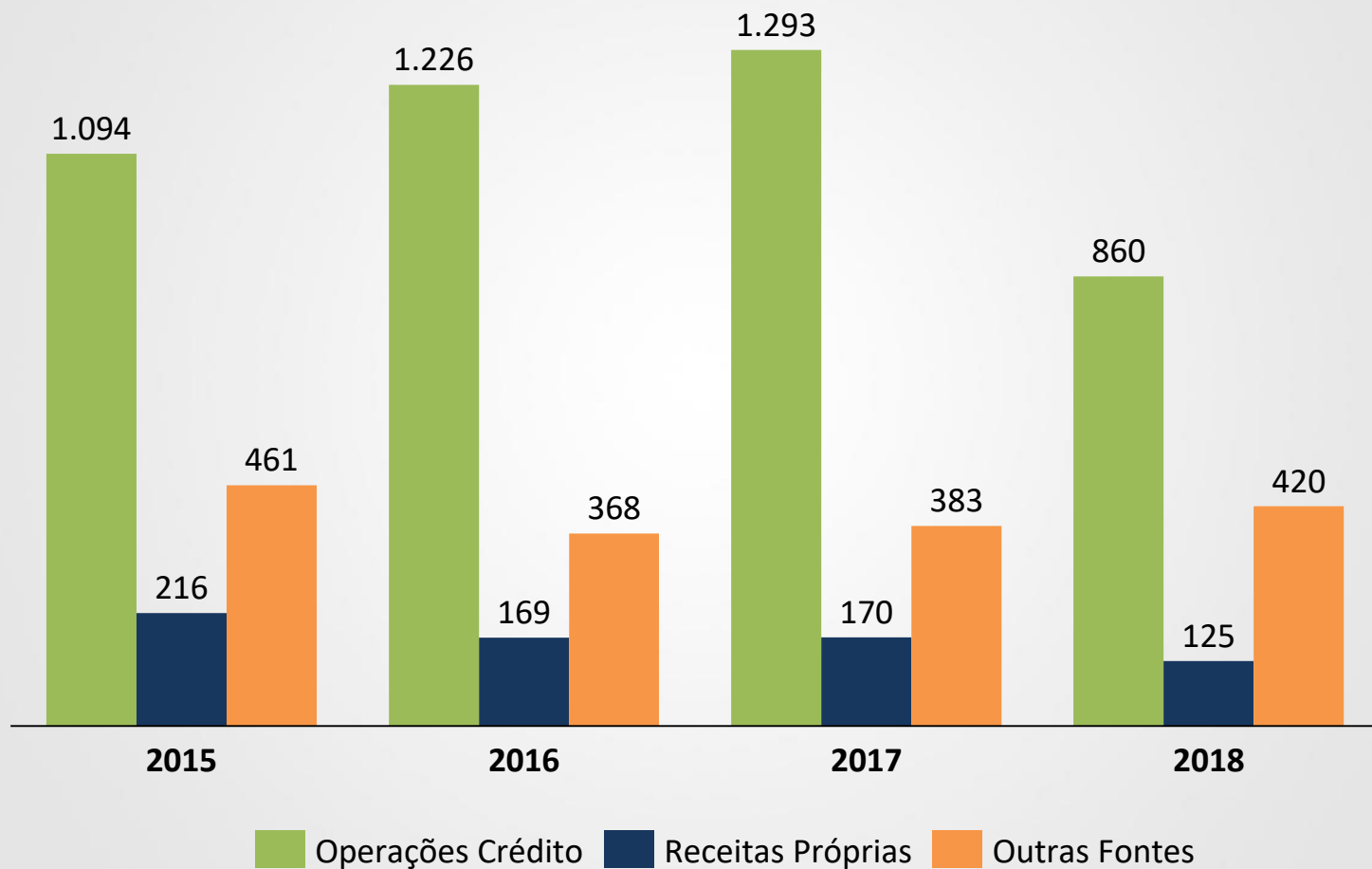
Milhões R\$



■ Pessoal Ativo ■ Manutenção dos Serviços Públicos ■ Investimentos

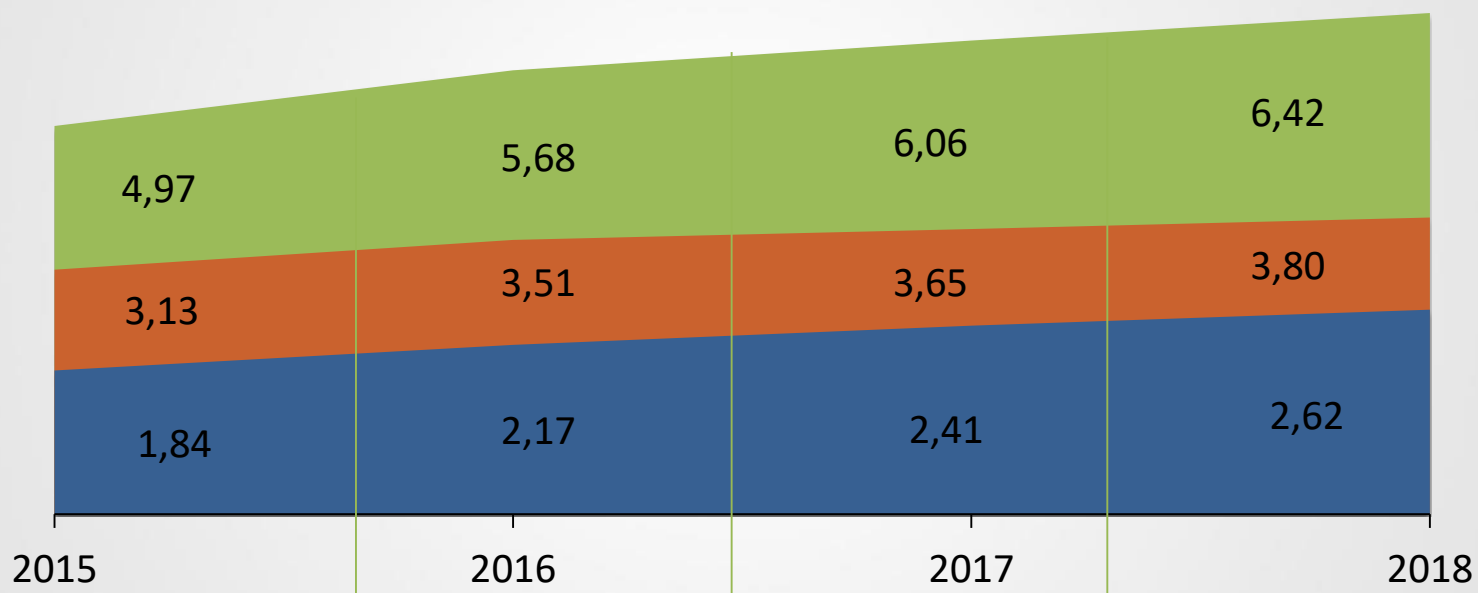
INVESTIMENTOS - EXECUTIVO

Milhões R\$



PREVIDÊNCIA ESTADUAL - RPPS

Bilhões R\$



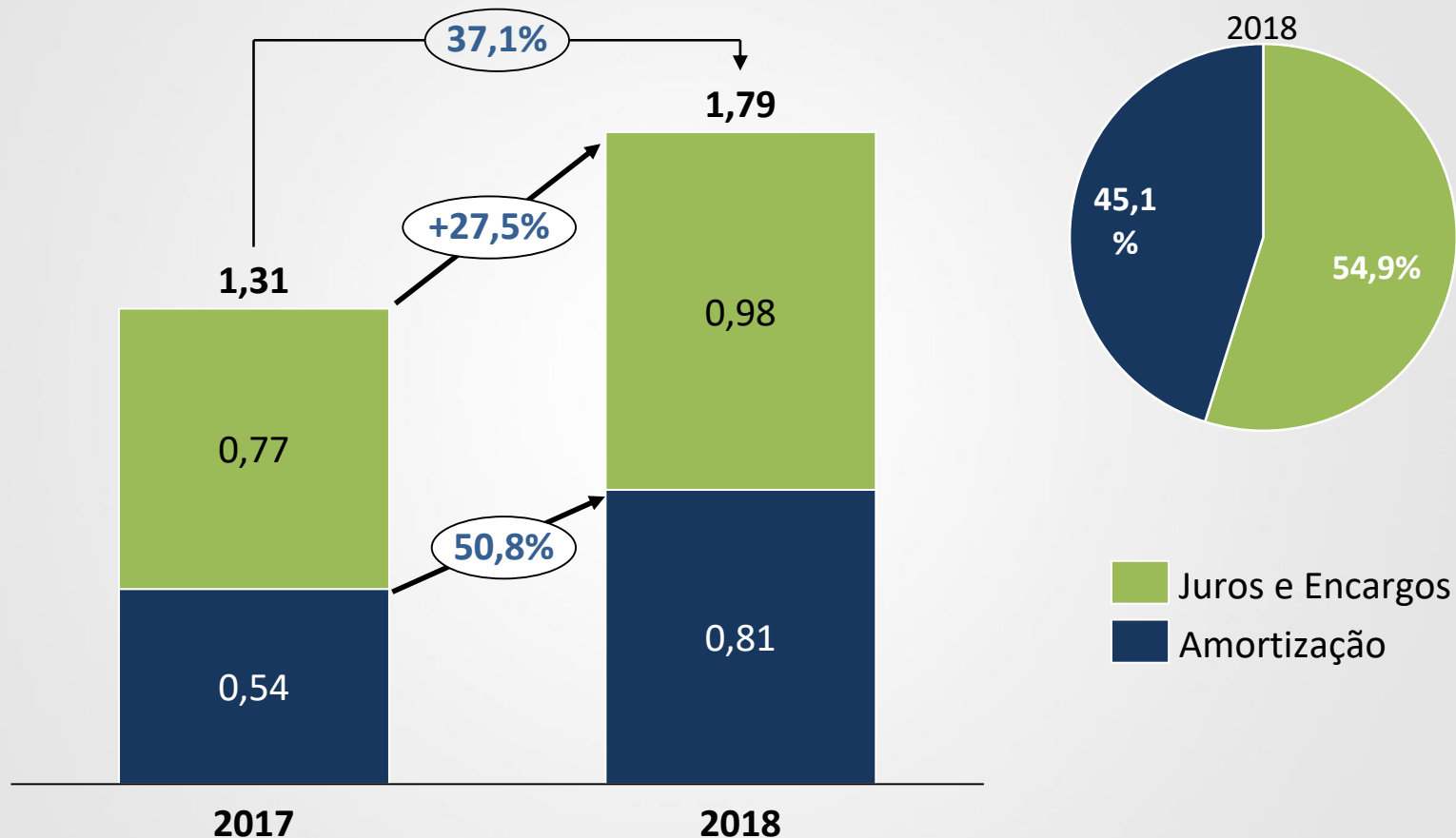
■ Despesa previdenciária

■ Deficit previdenciário

■ Receita previdenciária

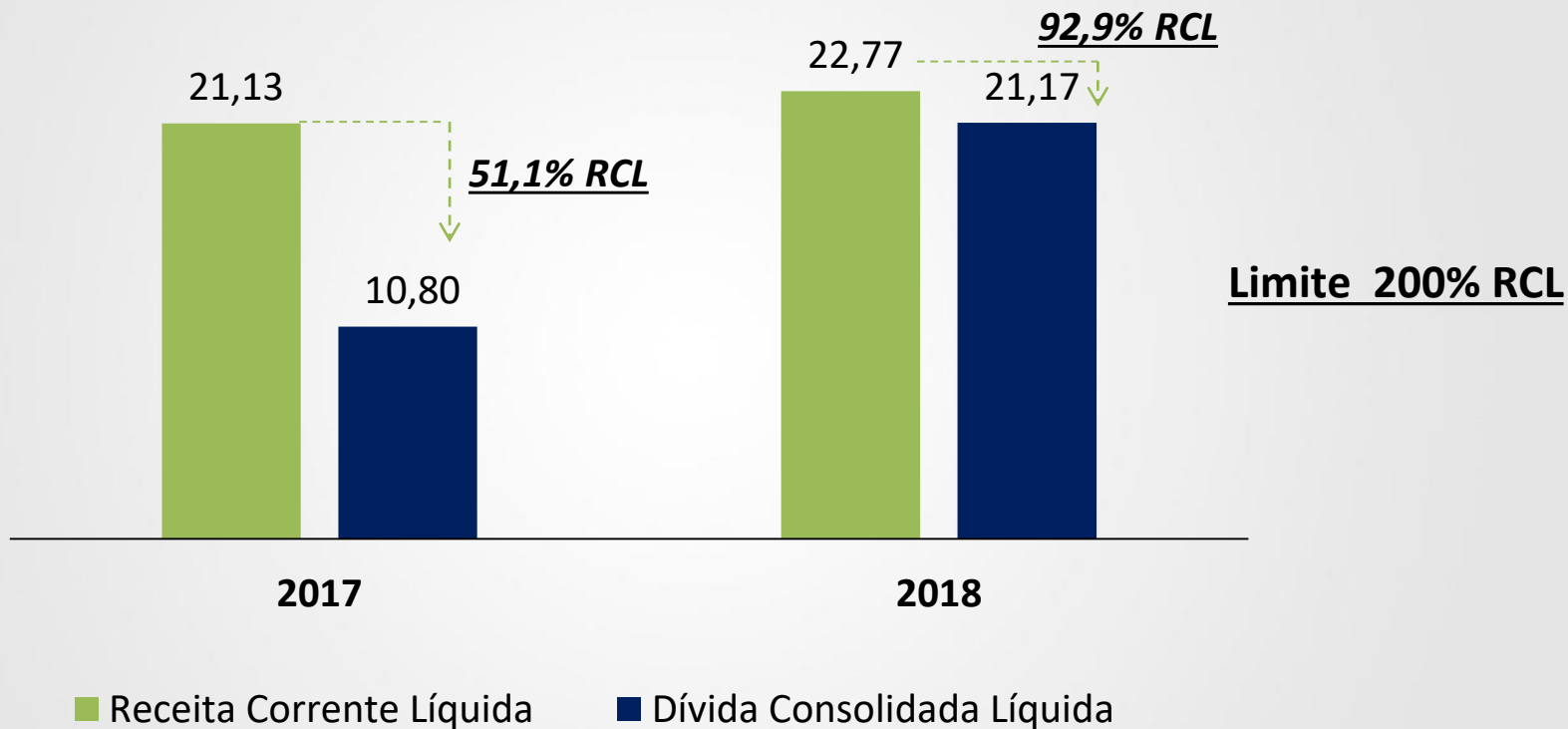
EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA

Bilhões R\$



DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Bilhões R\$



* Alteração da metodologia de apuração dos demais haveres financeiros em conformidade com o disposto no Manual de Demonstrativos Fiscais, 8ª edição.

RESULTADO NOMINAL

**Meta de Resultado
Nominal**

-1,55 bilhão

**Resultado Nominal
Obtido**

-1,88 bilhão

* Meta fixada na LDO 2018 – Lei 17.219/2017

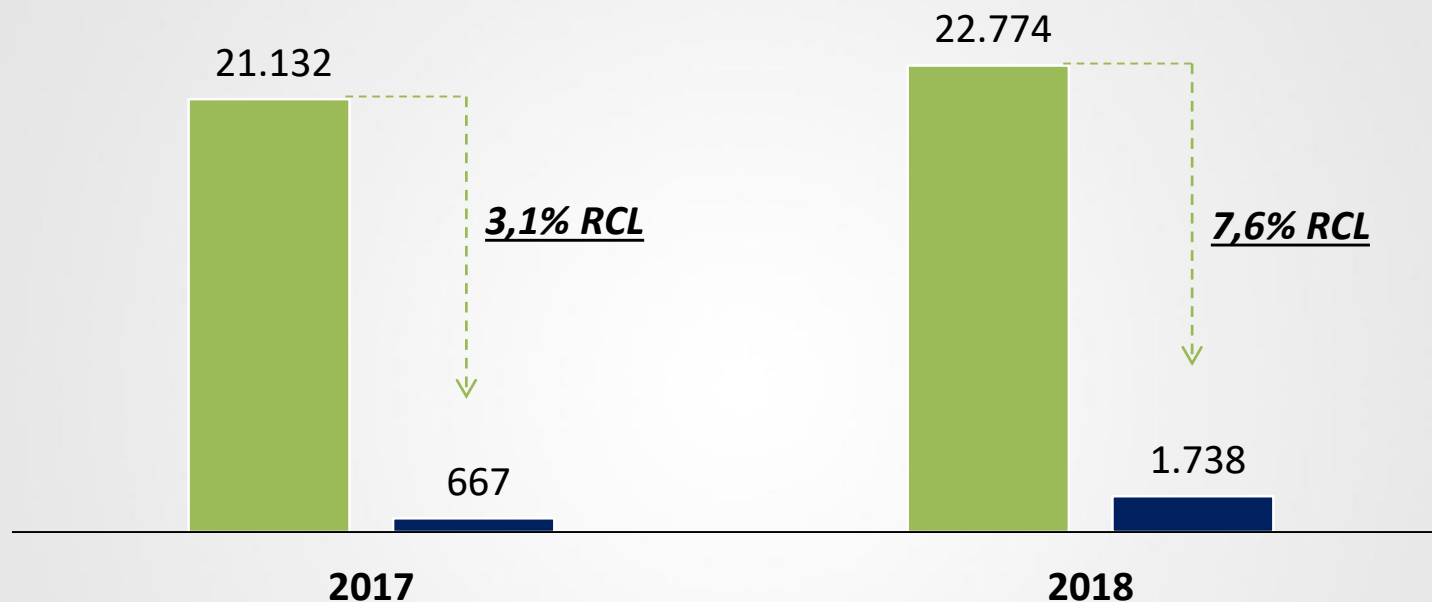
RESULTADO PRIMÁRIO



* Meta fixada na LDO 2018 – Lei 17.219/2017

GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS

Milhões R\$



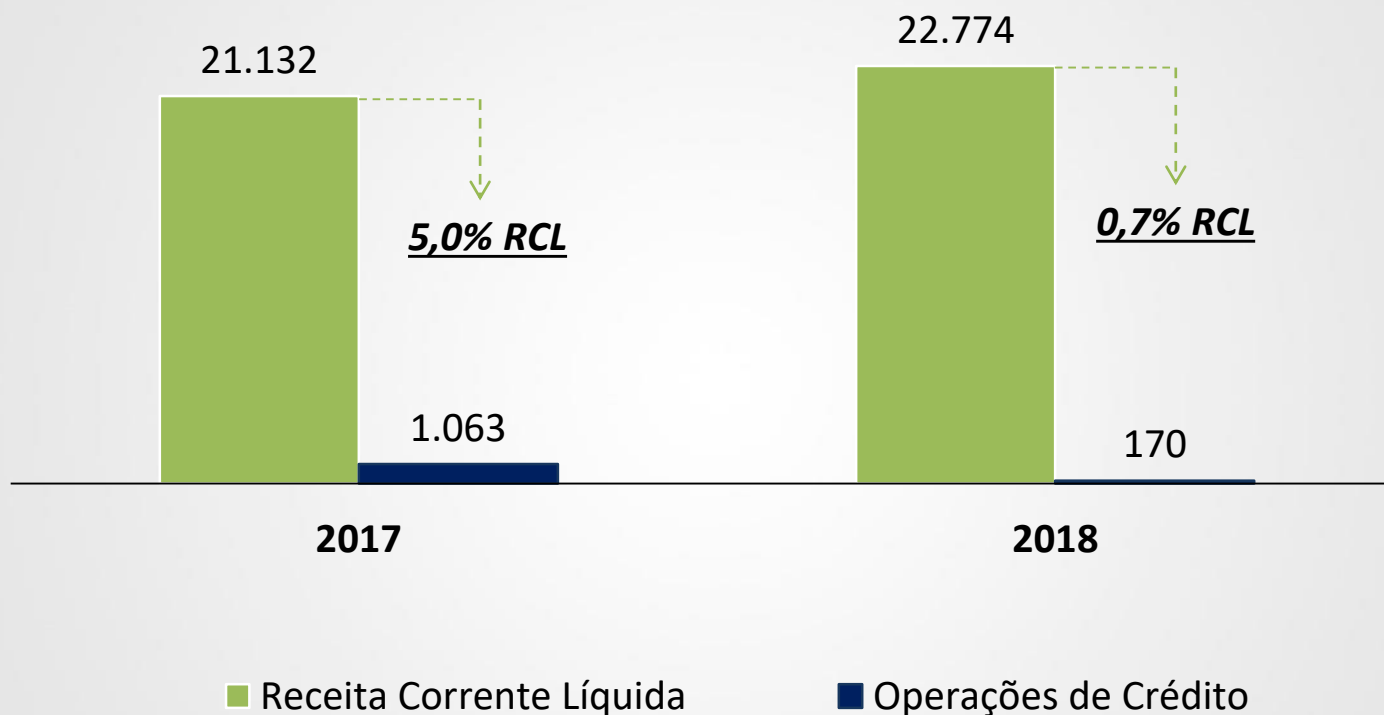
■ Receita Corrente Líquida

■ Garantias e Contragarantias

Limite 22% RCL

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Milhões R\$



Limite 16% RCL

* Nas operações de crédito de 2017 não está considerado o saque de depósitos judiciais de R\$ 0,5 bi para pagamento de precatórios.

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

Executivo

Milhões R\$

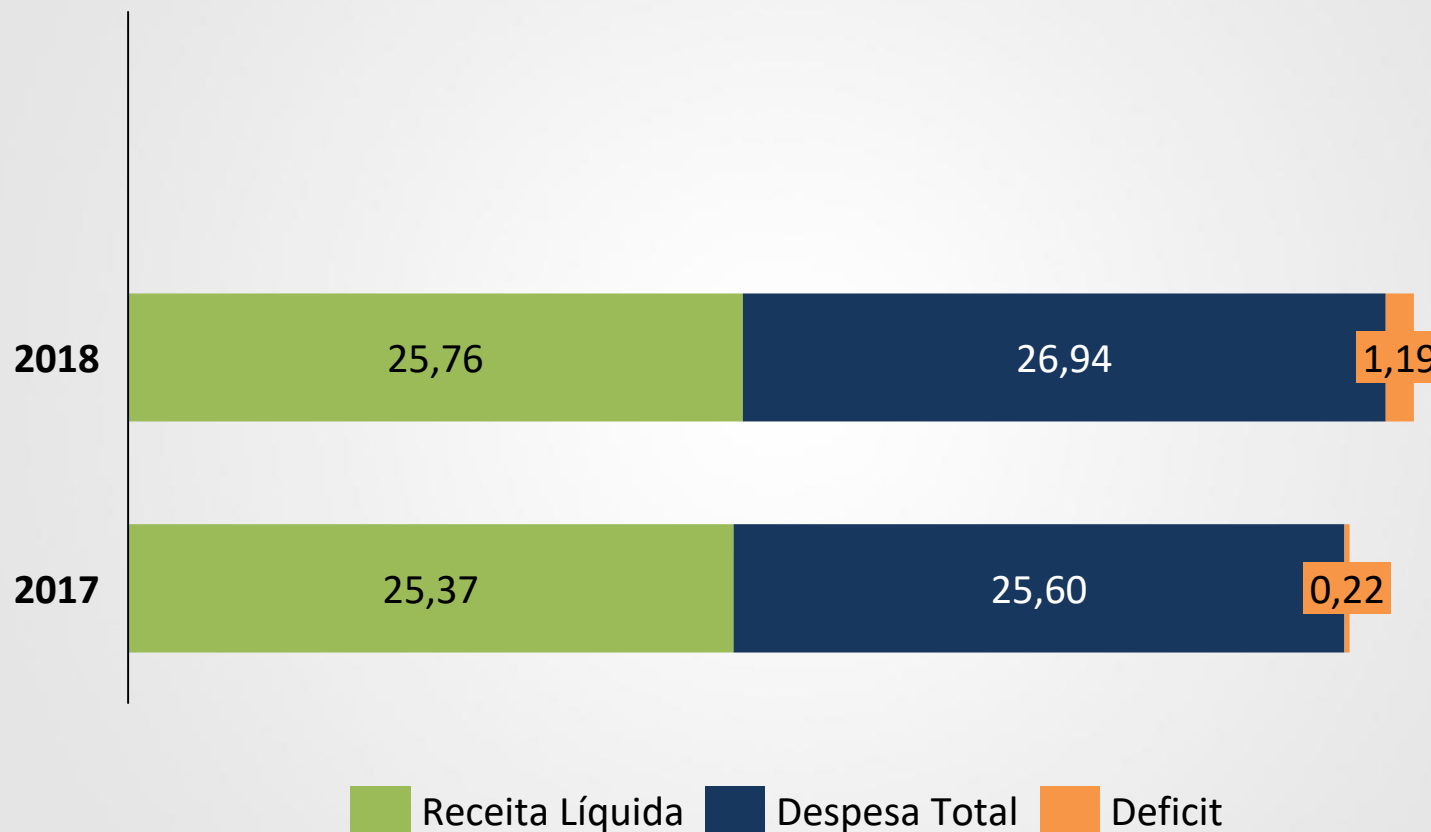
Restos a Pagar	Inscritos 2017	Pagos	Cancelados	A Pagar	Inscritos 2018
Processados	345	216	1	128	374
Não Processados	607	314	293	-	443
TOTAL	952	529	294	128	817

Consolidado

Restos a Pagar	Inscritos 2017	Pagos	Cancelados	A Pagar	Inscritos 2018
Processados	405	276	1	128	374
Não Processados	674	346	328	-	515
TOTAL	1.078	622	329	128	890

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Bilhões R\$



TETO DE GASTOS

Milhões R\$

Discriminação do cálculo do limite de gastos para as despesas primárias	Valores
Limite para as despesas primárias correntes do exercício	22.936
Despesas primárias correntes empenhadas no exercício (art. 4º LC 156/16)	23.406
Discrepância entre o limite para as despesas primárias correntes e o valor das despesas empenhadas	-470

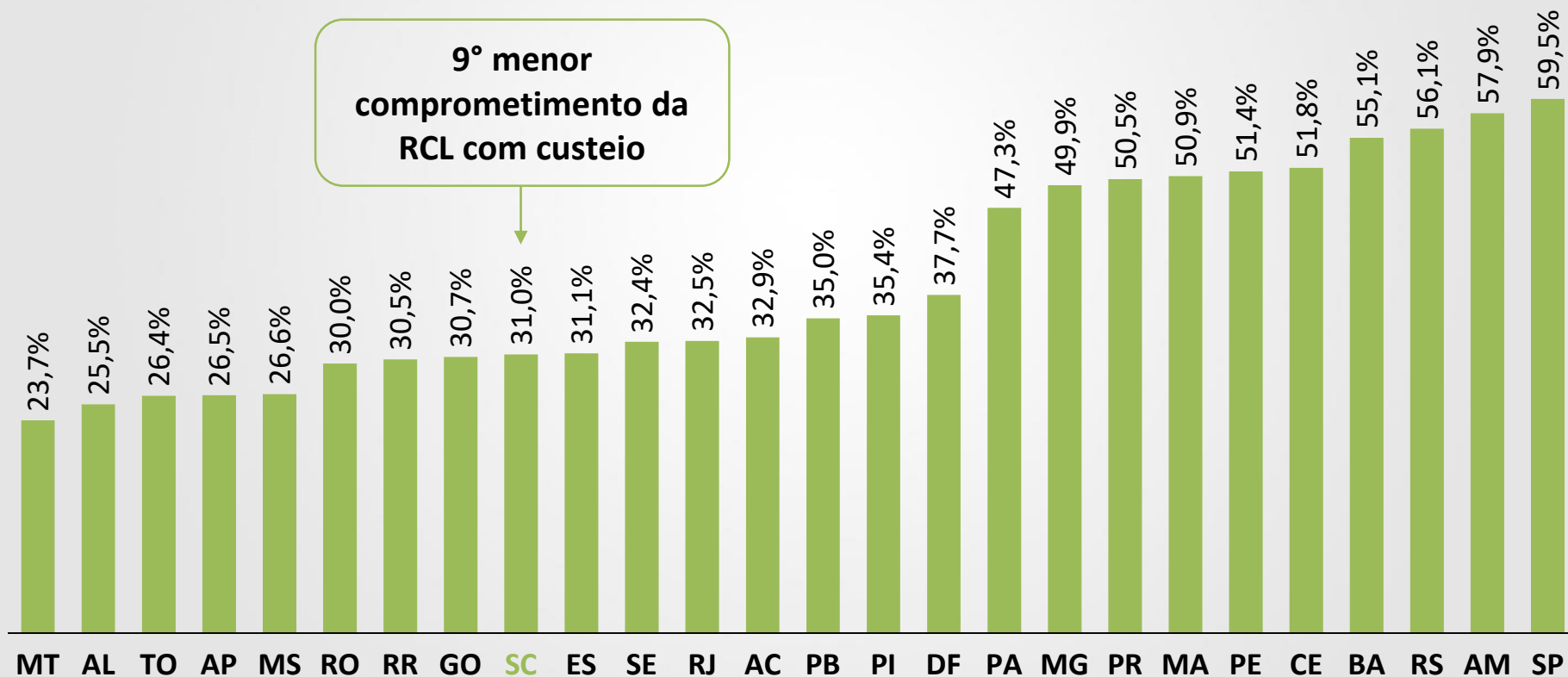
Descrição dos gastos	Valores
Total aplicado em saúde e educação – mínimo sobre a RLI e não IPCA	-384
1% aplicado a mais em saúde em 2018 (2017 era 13% e 2018 foi 14%)	-202
Pagamento de precatórios – proporção sobre a RCL e não IPCA	-41
Economia realizada em 2018	157
Diferença entre o limite e o valor das despesas	-470

DISPONIBILIDADE DE CAIXA - EXECUTIVO

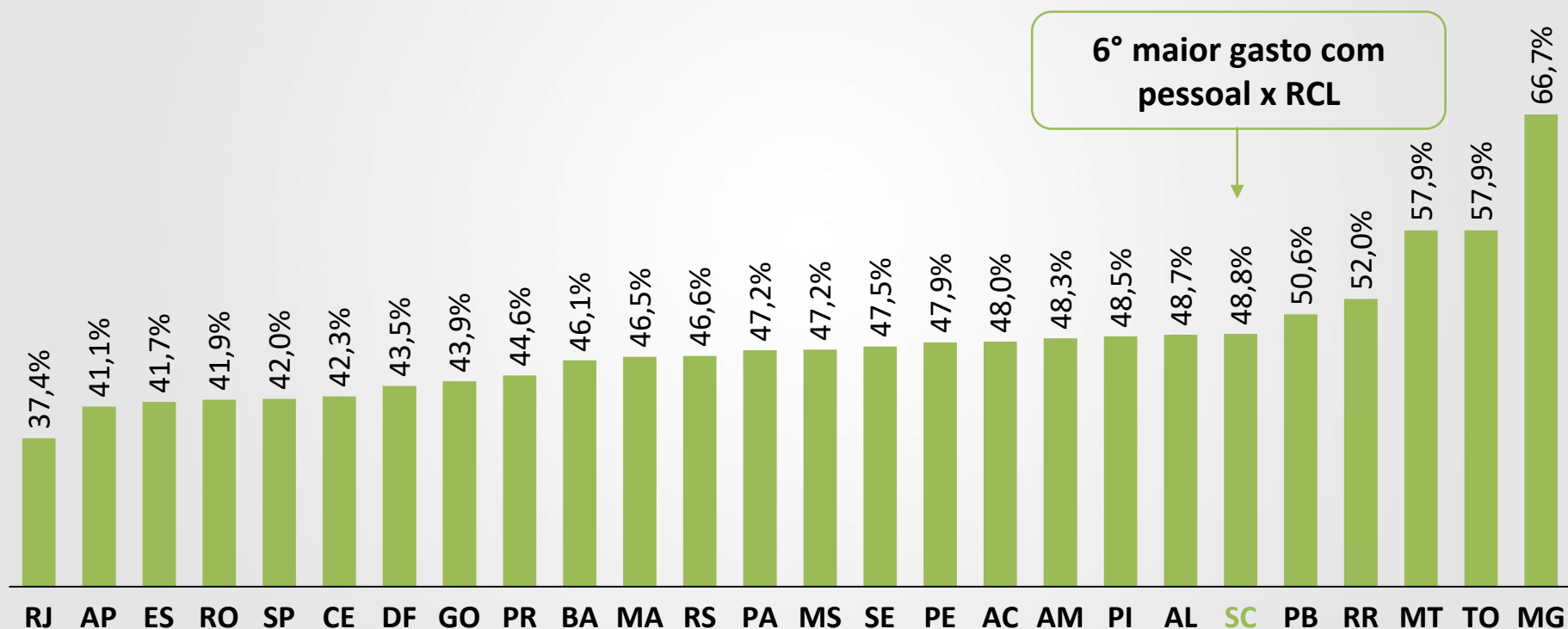
Disponibilidade de caixa bruta	–	Total de obrigações (restos a pagar, consignações, outros passivos financeiros)	=	Disponibilidade financeira restante
R\$ 2,54 bilhões		R\$ 1,26 bilhão		R\$ 1,28 bilhão

Milhões R\$	
Fonte de Recursos 0100 – Recursos do Tesouro	Valores
Disponibilidade financeira	137
Restos a pagar	(-605)
Consignações	(-101)
Outros passivos financeiros	(-70)
Deficit Financeiro	-639

RCL X CUSTEIO

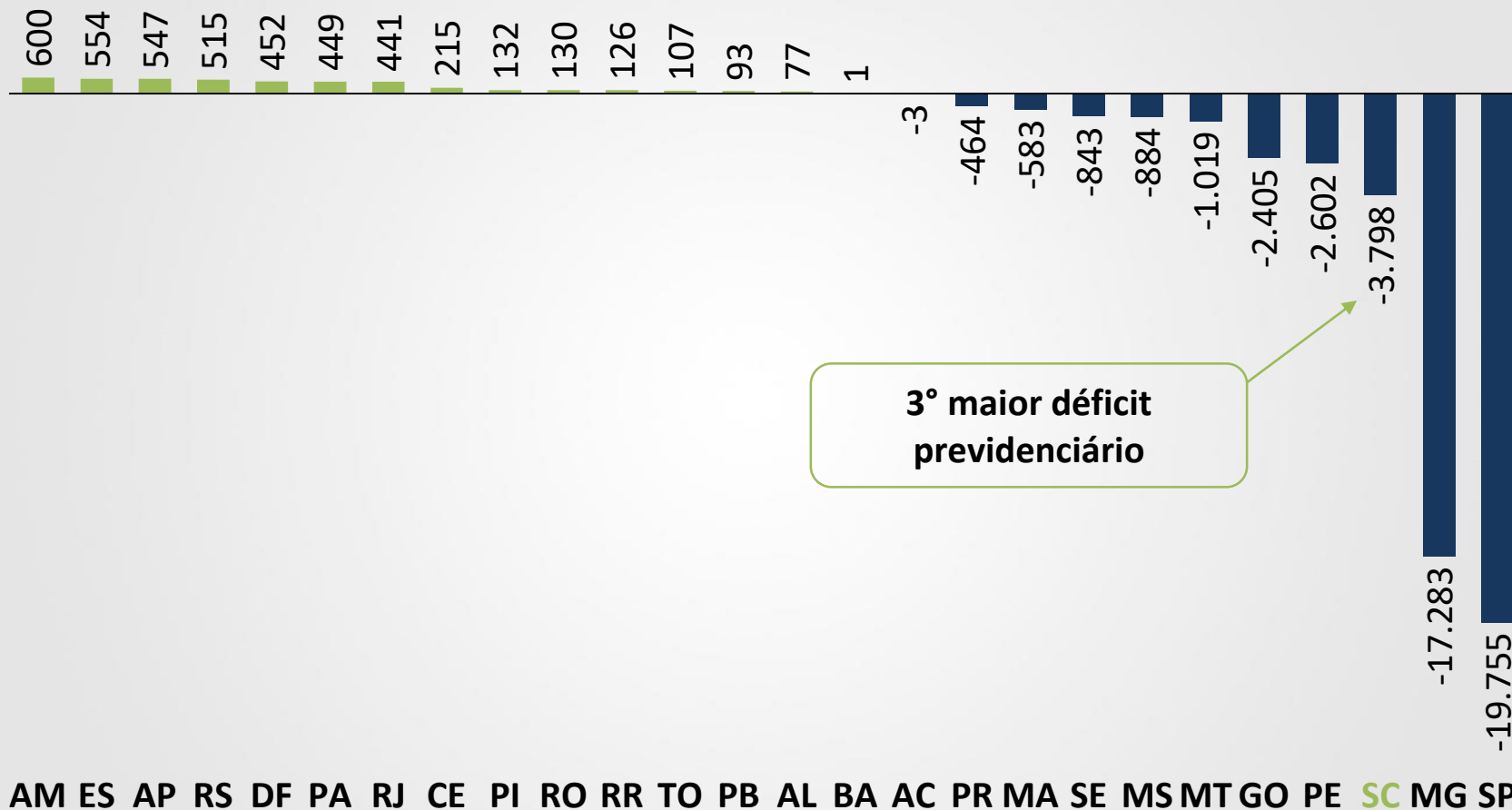


GASTO COM PESSOAL - EXECUTIVO

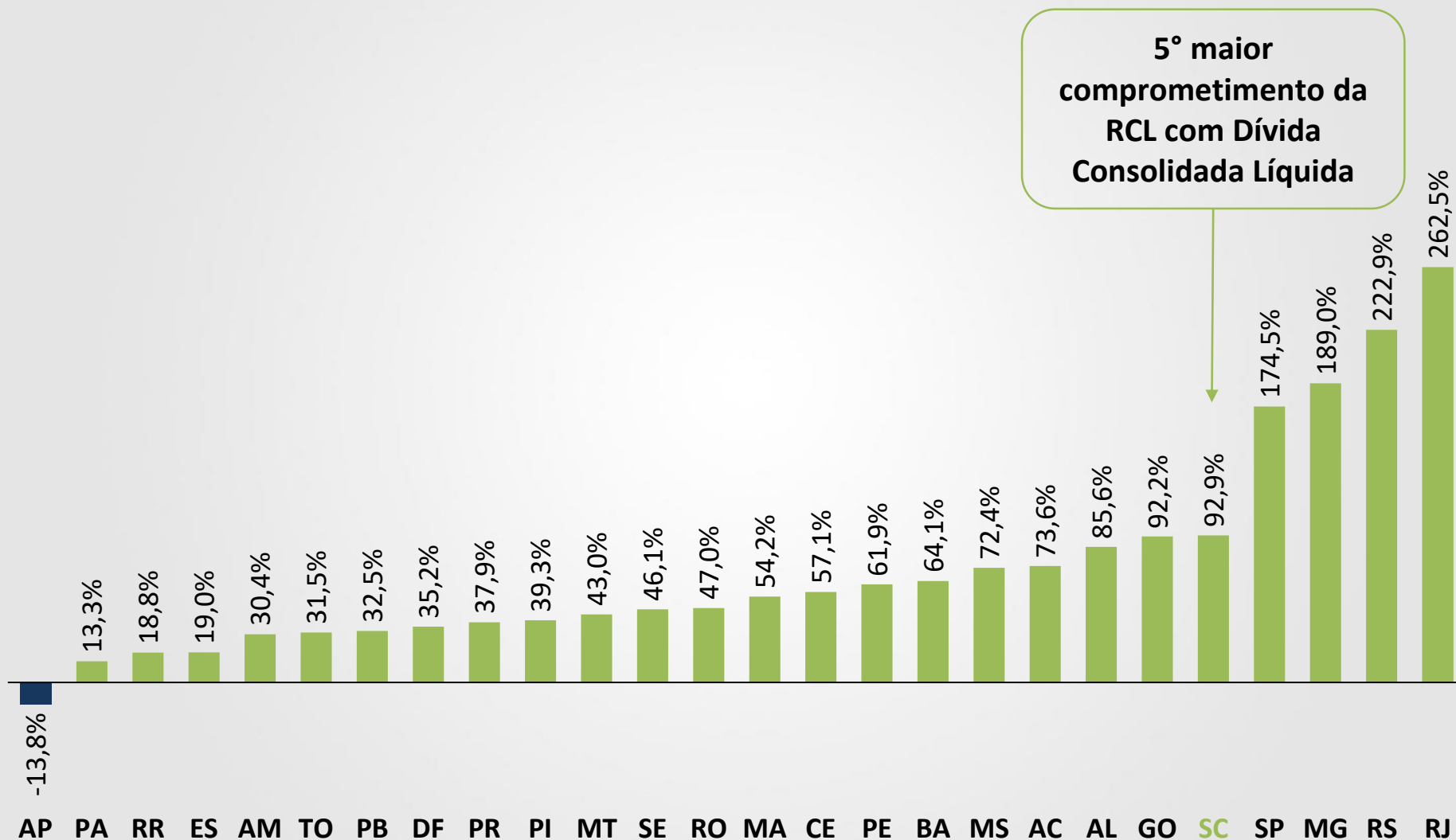


RESULTADO PREVIDENCIÁRIO

Milhões R\$

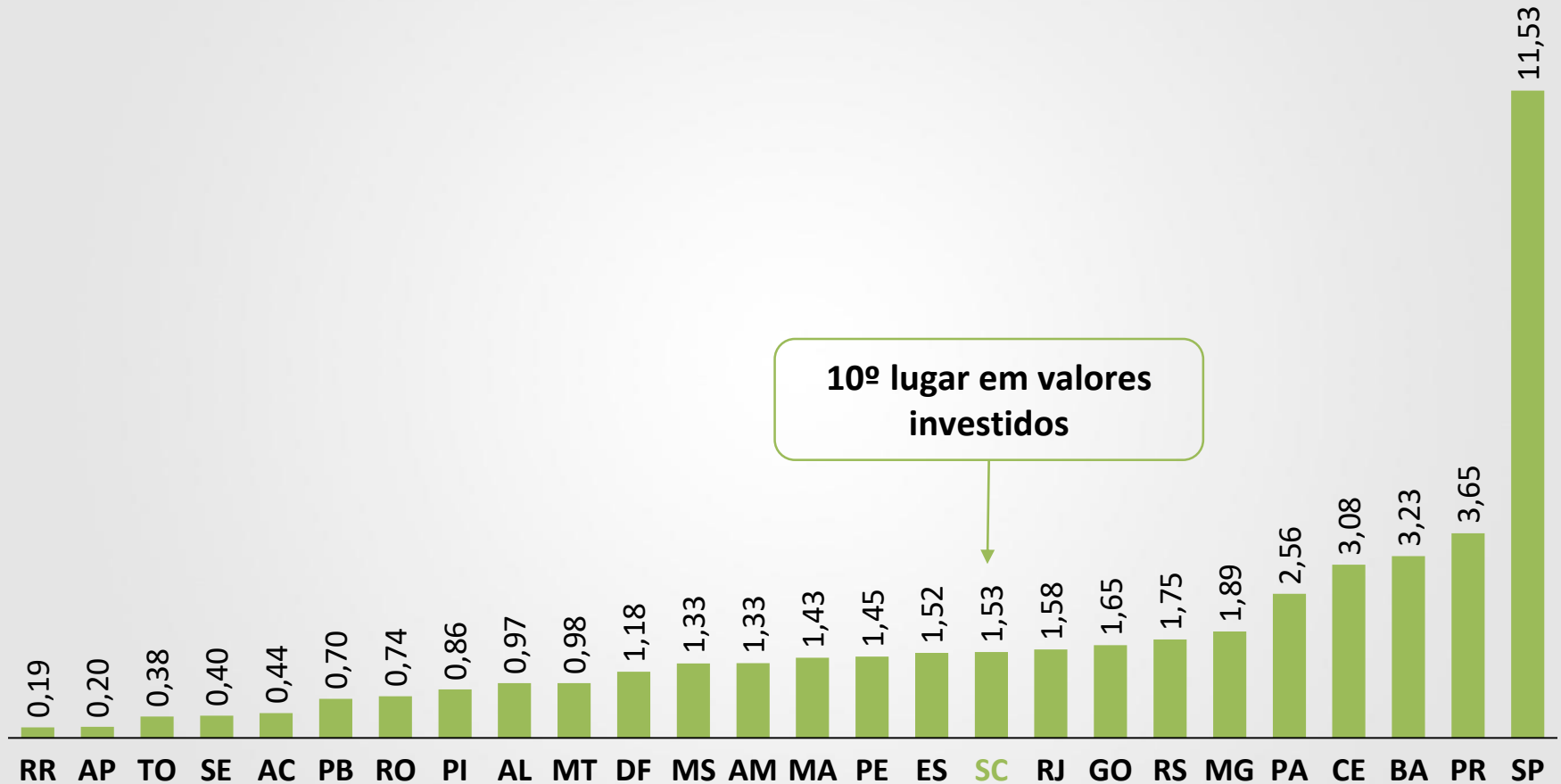


DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA X RCL



INVESTIMENTOS

Bilhões R\$



GOVERNO DE
SANTA
CATARINA



@fazendasc



fazendasc



@fazenda_sc